

O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ- AP: a formação docente em questão⁴

Ilma de Andrade Barleta⁵
Selma Naiara Araújo de Sousa⁶

RESUMO

O objetivo central desse estudo consiste em discutir as atuais demandas formativas dos docentes do ensino público municipal de Macapá, a partir dos indicadores do PAR, para compreender os desafios apresentados para as políticas públicas de formação de professores. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica com o intuito de aprofundar nossos estudos sobre a temática formação docente; fizemos o levantamento de dados educacionais relacionados aos objetivos desse artigo e também realizamos análise documental do PAR do município de Macapá (2011-2014), no tocante aos indicadores da Dimensão “Formação de Professores”. O texto está organizado em duas seções, na primeira discutimos o trabalho docente, a formação de professores e a política do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e, na segunda seção trazemos o diagnóstico sobre a formação docente no PAR do município de Macapá. Nas considerações finais sinalizamos os desafios apresentados para o sistema de ensino e para as políticas educacionais.

Palavras-chave: Formação de Professores. Plano de Ações Articuladas. Sistema de Ensino Municipal de Macapá.

THE ARTICULATED ACTION PLAN OF THE MUNICIPALITY OF MACAPÁ-AP: teacher education in question

ABSTRACT

The central objective of this study is to discuss the current training needs of teachers of municipal public education Macapa, from the PAR indicators to understand the challenges

⁴ Este artigo faz parte dos estudos desenvolvidos na pesquisa intitulada “O perfil do trabalhador docente da rede pública de ensino municipal de Macapá-AP”.

⁵ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará. Professora do Magistério Superior, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: ilmabarleta@bol.com.br

⁶ Graduanda em Pedagogia pela UNIFAP. E-mail: selnata16@gmail.com

presented for public policy teacher training. Therefore, we conducted literature search in order to deepen our studies on the subject teacher training; we did a survey of educational data related to the objectives of this artigo also conduct PAR documentary analysis of the city of Macapá (2011-2014), with regard to indicators of Dimension "Teacher Training". The text is organized into two sections, the first discussed the teaching work, training of teachers and the policy of the Education Development Plan (PDE) and in the second section we bring the diagnosis of teacher training in PAR in the city of Macapá. In closing remarks signaled the challenges presented to the education system and educational policies.

Keywords: Teacher education. Articulated Action Plan. Municipal Education System of Macapá.

INTRODUÇÃO

Das discussões e aprofundamentos teóricos de autores da área (OLIVEIRA, 2009; DUARTE, 2011; HYPOLITO 2013; SILVA, 2010), depreendemos, dentre outros aspectos, que o atual quadro de mudanças no campo educacional, em consequência da tentativa neoliberal de reajustar a vida social aos desígnios do capitalismo, exige o exame das condições objetivas dessas transformações, sobretudo, no âmbito das políticas públicas educacionais de formação de professores, a fim de se buscar identificar as contradições e determinações que vem sendo colocadas para o trabalho docente.

Dito isso, o objetivo central desse estudo consiste em discutir as atuais demandas formativas dos docentes do ensino público municipal de Macapá, a partir dos indicadores do PAR, para compreender os desafios apresentados para as políticas públicas de formação de professores.

Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica com o intuito de aprofundar nossos estudos sobre a temática formação docente; fizemos o levantamento de dados educacionais relacionados, obtidos principalmente nas estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP); e também contamos com a Análise Documental do PAR do município de Macapá, elaborado para o período de 2011 a 2014, no tocante aos indicadores da Dimensão “Formação de Professores e Profissionais de Serviço e Apoio Escolar”.

Para apresentação das informações empíricas obtidas nesse trabalho, o presente texto está organizado em duas seções. Na primeira buscamos discutir o trabalho docente no tocante a formação e suas feições na política educacional do PDE. Na segunda seção, apresentamos

informações contidas no PAR do município de Macapá, com ênfase nos indicadores de formação de professores. Os resultados desse trabalho mostram que existem desafios a serem superados no contexto educacional macapaense e questionamos as possibilidades do PAR nos enfrentamentos dos problemas referentes a formação de professores.

1. TRABALHO DOCENTE, FORMAÇÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL

Nas duas últimas décadas a sociedade tem presenciado transformações que atingem todos os campos da atividade humana. Das mudanças de cunho conjuntural, destacamos a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, como transformações no campo social político e econômico, que afetam todas as dimensões da sociabilidade humana, em especial a classe trabalhadora e a sua formação.

A reestruturação produtiva foi posta como uma solução dominante para a crise do capital acentuada na década de 1970, seus efeitos tem sido notórios na realidade de todos os trabalhadores, inclusive na atualidade. Para Antunes (2009, p. 34), os efeitos das transformações na base produtiva, podem se caracterizados como “uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo”.

Com a reestruturação produtiva vem ocorrendo a tentativa de revolucionar continuamente as forças produtivas e, ao mesmo tempo, disciplinar a força de trabalho a partir de um modelo de trabalhador produtivo e eficiente, capaz de contribuir para ampliação e reprodução do sistema capitalista. Para tanto, foi preciso modificar as bases da produção - o advento da acumulação flexível vem nesse contexto - e se forjou um novo cenário político-ideológico para disciplinar a força de trabalho, o neoliberalismo.

Para Behring (2008), nos anos de 1980 vivenciamos uma revolução tecnológica e organizacional na produção de mercadorias (reestruturação produtiva) e, uma busca intensa pelo diferencial de produtividade no trabalho, ambos como fontes de lucratividade. Houve uma reformulação das estratégias, dentre elas, foram adotadas medidas de ajuste neoliberal que ditou um novo perfil para as políticas econômicas e um novo padrão de relações do Estado com a sociedade, que impactou no desenvolvimento de políticas públicas, dentre as quais, destacamos as do campo educacional.

De acordo com Dourado (2001, p. 49), as transformações societárias vivenciadas nas últimas décadas, contribuíram para o “redimensionamento do papel da educação e da escola”.

Isso porque a educação formal e suas instituições passaram a ser entendidas como potencialmente propulsoras de habilidades e competências necessárias ao processo produtivo, que se apresenta cada vez mais complexo, exigindo a apropriação de conhecimentos técnico-científicos. Diante disso, a educação como sinônimo de qualificação profissional passa a ser palco de ações ditas como modernizadoras para o setor educacional, impondo assim a reformulação do papel do Estado na oferta educativa e na redefinição da função social da escola.

Com efeito, a formação, inclusive a do trabalhador docente, não estará imune a essa ofensiva, pois entendemos que “o trabalho docente é parte da totalidade constituída pelo trabalho no capitalismo, estando submetido, portanto, à sua lógica e às suas contradições” (DUARTE, 2011, p. 163). Nesse processo o Estado e suas políticas públicas educacionais ganham visibilidade, como meio pelo qual as mudanças serão operadas.

Para tanto, foi iniciado um movimento de reformas no campo educacional, com foco nas novas exigências do mercado, elas acarretaram mudanças nas políticas públicas educacionais. A “reforma dos anos de 1990, e seu prosseguimento no novo século, atingiu todas as esferas da docência: currículo, livro didático, **formação inicial e contínua**, carreira, certificação, locus de formação, uso das tecnologias de informação e comunicação, avaliação e gestão”. (grifos nossos) (EVANGELISTA; SHIROMA, 2007, p. 537).

Merece atenção a questão das mudanças na formação inicial e continuada dos professores, pois de um modo geral, o discurso acerca dessas formações traz, embutidas, políticas educacionais que quando estudadas afins apontam o sentido contrário, alinhados aos interesses do sistema capitalista (MENDONÇA, REIS, 2010). Isso pode ser visualizado nos processos estritos de avaliação e controle dos conteúdos, resultando assim em um trabalho quantitativo e não qualitativo que buscamos. Os processos avaliativos forçam o conformismo dos professores diante das orientações que ameaçam a sua autonomia pedagógica, e cria um processo de responsabilização do professor pelo sucesso ou fracasso da educação escolar.

O esforço governamental em colocar em prática as mudanças no campo educacional pode se visualizado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, no qual anunciou a busca pela melhoria da qualidade da educação. Para tanto, projeta mudanças nos aspectos relacionados e gestão, financiamento, avaliação e profissionais da educação.

Segundo o discurso oficial, o PDE permitirá por em prática o regime de colaboração entre os entes federados e seu propósito de enfrentar os problemas educacionais será

alcançado com a participação das famílias e da comunidade. O acordo tácito entre o governo central e os governos locais para por em vigência a política do PDE, ocorreu por meio da assinatura de um documento chamado Termo de Adesão ao Compromisso (BRASIL, 2011).

Com isso, os Estados, Municípios e o Distrito Federal assumiram a responsabilidade de elaborar os seus respectivos PAR e buscar mecanismos organizativos no sistema de ensino para viabilizar a consecução das vinte e oito diretrizes⁷ que fazem parte do Acordo de Metas. (SAVIANI, 2007).

Caracterizado como um planejamento estratégico o PAR é um documento plurianual - *modus operandi* do PDE - que deve ser elaborado mediante apoio técnico de comissões vinculadas ao MEC que assessoram as comissões locais (Equipe Técnica Local) que integram as Secretarias de Educação.

O PAR engloba quatro dimensões: gestão educacional; formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação e; infraestrutura física e recursos pedagógicos. Tais dimensões apresentam indicadores específicos, que na etapa de diagnóstico da realidade educacional, recebem uma pontuação corresponde a seguinte recomendação: a) pontuação 4: situação positiva, não serão necessárias ações imediatas; b) pontuação 3: situação satisfatória, mais aspectos positivos do que negativos ; c) pontuação 2: situação insuficiente, com mais aspectos negativos do que positivos, serão necessárias ações imediatas e estas poderão contar com apoio técnico e/ou financeiro do MEC; d) pontuação 1: situação crítica, apenas aspectos negativos ou inexistentes. (BRASIL, 2007).

Após a etapa de diagnóstico a Equipe Técnica Local faz a opção por ações e sub-ações pré-definidas no formulário de preenchimento do PAR disponível para os gestores locais *via* Sistema Integrado do Ministério da Educação (SIMEC). Em geral, para o desenvolvimento das ações do PAR, o ente federado poderá contar com apoio técnico e financeiro do governo federal.

Todos os municípios e Estado brasileiros fizeram a adesão ao PAR e desde 2007 vem elaborando e implementando esse Plano. O 1º PAR teve vigência no período de 2007 a 2010, e a partir de 2011 passou a ser executado o 2º PAR que tem previsão de término para 2014. O Município de Macapá, capital do Estado do Amapá, insere-se nesse contexto, pois atualmente

⁷ As diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação são apresentadas no Decreto nº 6.094/2007.

vem desenvolvendo na rede de ensino pública municipal o seu 2º PAR⁸. Assim, os gestores municipais buscam, por meio das ações do PAR e do Plano de Metas, melhorar o índice de desempenho dos estudantes. O mecanismo de verificação adotado pelo MEC para monitorar e aferir a qualidade do ensino brasileiro, bem como o cumprimento adequado do PAR/Plano de Metas, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁹.

Na realidade educacional macapaense o IDEB tem alcançado as notas descritas na Tabela abaixo:

Tabela 1. Macapá: IDEB de 2005 a 2013 em relação ao Brasil, Amapá e Macapá

IDEB – ENSINO FUNDAMENTAL, REDE PÚBLICA						
Ano/Projeção	BRASIL		AMAPÁ		MACAPÁ	
	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais
Ano 2005	3.4	3.1	3.0	3.4	3.4	3.5
Ano 2007	4.0	3.4	3.3	3.4	3.5	3.4
Projeção 2007	3.5	3.1	3.1	3.5	3.4	3.6
Ano 2009	4.4	3.6	3.8	3.6	3.9	3.6
Projeção 2009	3.8	3.3	3.4	3.6	3.8	3.7
Ano 2011	4.7	3.8	4.0	3.5	4.0	3.5
Projeção 2011	4.2	3.5	3.8	3.9	4.2	4.0
Ano 2013	4.9	3.8	3.9	3.4	3.9	3.4
Projeção 2013	4.5	3.9	4.1	4.3	4.5	4.4
Projeção 2021	5.7	5.1	5.3	5.5	5.6	5.5

Fonte: INEP (2014)

A partir dos dados apresentados podemos dizer que o sistema de ensino público municipal de Macapá, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentou em geral um quadro de evolução, com exceção do ano de 2013 (nota 3.9), pois o mesmo teve um decréscimo na nota quando comparado ao ano anterior, 2011 (nota 4.0). Essa tendência

⁸ O primeiro PAR do município de Macapá foi elaborado na gestão do Prefeito João Henrique Pimental, do Partido dos Trabalhadores (PT), em seu segundo mandato (2005 -2009). O último ano de vigência do primeiro Plano ficou sob a responsabilidade da gestão municipal do Prefeito Roberto Goés, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). O segundo PAR do município de Macapá foi elaborado na gestão municipal do Prefeito Robert Goés (PDT). A partir do ano de 2013 a execução do segundo PAR passou a ser competência da gestão municipal do Prefeito Clécio Luis Vilhena, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

⁹ Está definido no artigo 3º do Decreto nº 6.094/2007, que a “qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes de censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil)”. (BRASIL, 2007).

também foi observada quando analisamos as notas do IDEB obtidas no âmbito estadual, uma vez que ocorreu evolução nos quatro primeiros anos de aferição do desempenho dos estudantes e, involução no ano de 2013 (nota 3.9). Já no caso do IDEB alcançado nacionalmente, a evolução foi perceptível nos cinco anos de aplicação da avaliação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, porém isso não se repetiu nos anos finais, pois houve uma estagnação na nota de 2013 em relação à média de 2011. (nota 3.8).

Quanto às projeções das notas traçadas para o IDEB, identificamos que a educação macapaense nos anos iniciais do Ensino Fundamental só superou a meta estabelecida pelo MEC, nos anos de 2007 e 2009. No Estado do Amapá, a projeção da meta não foi superada apenas no ano de 2013. No contexto nacional, diferentemente dos resultados mostrados em Macapá e no Amapá, houve superação das metas projetadas.

Analisando os anos finais do Ensino Fundamental, o cenário das notas do município de Macapá mostrou instabilidade, na medida em que houve involução no ano de 2005 (nota 3.5) para 2007 (nota 3.4), já em 2009 a média foi maior quando comparada a 2007 (elevação de 0.2), em 2011 (nota 3.5) há novamente um decréscimo, pois a nota da aferição anterior foi de 3.6 (ano de 2009) e um acréscimo se comparado a 2013 (nota 3.4). O Estado do Amapá apresentou estagnação na nota (anos de 2005 e 2007, obteve 3.4), evolução da média de 3.4 em 2007 para 3.6 em 2009 e queda nos anos de 2011 e 2013, respectivamente 3.5 e 3.4. No Brasil, o movimento foi de crescimento de 2005 a 2011, pois em 2013 a média 3.8 alcançada em 2011 se repetiu.

No tocante a projeção do IDEB para os anos finais do Ensino Fundamental, o pior desempenho foi no sistema de ensino municipal de Macapá, visto que o mesmo não alcançou as metas fixadas em nenhum ano de aplicação da avaliação. O Estado do Amapá apresentou um resultado dentro dos padrões estabelecidos apenas no ano de 2009 (projeção e nota: 3.6). Nacionalmente, todas as projeções foram superadas.

Com efeito, os dados identificados mostraram um quadro de desigualdades educacionais, quando comparamos o IDEB do município de Macapá e do Estado do Amapá com os resultados do Brasil. No entanto há um equilíbrio entre as notas do Ensino Fundamental do município de Macapá e do Estado do Amapá. Diante disso, indagamos o potencial do PDE e sua materialização no sistema de ensino, o PAR, em promover de fato a elevação do IDEB, pois embora o município de Macapá tenha aderido ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, os dados revelam tímidos avanços.

A partir dessa constatação e buscando alcançar os propósitos desse artigo, buscamos também verificar o atual quadro da formação docente do município de Macapá, pois temos como pressuposto teórico a assertiva de que o trabalho docente, embora seja um elemento indispensável para os avanços na qualidade da educação e na melhoria dos índices educacionais, ele não vem sendo considerado. Para Hypólito (2013, p. 261), “um aspecto importante do trabalho docente é a formação. Em todos os diagnósticos a formação docente aparece como requisito básico para qualquer melhoria dimensionada para educação”.

Realizamos levantamento de dados estatísticos sobre as funções docentes do sistema de ensino público municipal de Macapá, referente ao ano de 2013, considerando as etapas Educação Infantil (Tabela 2) e o Ensino Fundamental (Tabela 3).

Tabela 2. MACAPÁ: Funções docentes na Educação Infantil, em 2013

	CRECHE	PRÉ-ESCOLA
SEM ENSINO MÉDIO	21	139
ENSINO MÉDIO	12	124
TOTAL	33	263
MAGISTÉRIO	7	43
LICENCIATURA	12	116
TOTAL	19	159
GRADUAÇÃO	-	8
TOTAL	-	8

Fonte: INEP (2014)

Pelos dados apresentados identificamos que, no caso dos docentes que atuaram na creche no ano de 2013, a minoria (19 professores) atende as exigências estabelecidas pelo artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, enquanto que um número expressivo de docentes não possui Ensino Médio (21 professores) e com apenas o Ensino Médio foram identificados 12 professores. Em se tratando da pré-escola, os dados mostram que 263 professores não estão habilitados para atuar nessa etapa de escolarização, pois 124 docentes possuem o Ensino Médio e 139 atuam sem formação de nível médio.

As funções docentes no Ensino Fundamental, anos iniciais e anos finais, constam na Tabela abaixo:

Tabela 3. MACAPÁ: Funções docentes no Ensino Fundamental, em 2013

	ANOS	ANOS FINAIS
SEM ENSINO MÉDIO	258	25
ENSINO MÉDIO	337	107
TOTAL	595	132
MAGISTÉRIO	62	5
LICENCIATURA	306	100
TOTAL	368	105
GRADUAÇÃO	31	7
TOTAL	31	7

Fonte: INEP (2014)

As funções docentes do município de Macapá se traduzem em 595 professores sem habilitação para exercício da docência nos anos/série iniciais do Ensino Fundamental, dos quais 258 não possuem o Ensino Médio e 337 cursaram até o Ensino Médio. Dentre os docentes com habilitação estão: 62 professores com Magistério, 306 com Licenciatura e 31 professores com graduação. Nos anos/séries finais 132 docentes não são habilitados (Ensino Médio: 107; sem o Ensino Médio: 25), com graduação são 7 professores, com curso em nível médio na modalidade magistério são 5 docentes e os com habilitação em nível superior em curso de Licenciatura representam 100 professores.

Depreendemos das informações das Tabelas 2 e 3 que a questão formação de professores, expressa nas funções docentes do sistema municipal de Macapá, ainda apresenta desafios em relação ao cumprimento da habilitação mínima para exercer o magistério, tanto na creche quanto na pré-escola. No Ensino fundamental o cenário também é preocupante quanto ao quantitativo de professores apenas com Ensino Médio e os que não possuem essa etapa de escolarização. Quanto à formação em graduação, o Ensino Fundamental apresentou um número elevado de docentes, daí podemos dizer que os professores estão fazendo a formação em nível superior em outras áreas de conhecimento ao largo da docência.

Na tentativa de aprofundar o conhecimento a cerca da formação de professores da realidade educacional macapaense, fizemos a análise de alguns indicadores do PAR, que será apresentada na próxima seção.

2. DIAGNÓSTICO DO PAR: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

O PAR para o MEC representa o esforço governamental em mobilizar recursos e meios para promover mudanças nos sistemas de ensino dos Estados e dos municípios

(SAVIANI, 2007). Conforme mencionamos anteriormente o PAR está estruturado em quatro dimensões, dentre elas está a Dimensão denominada “Formação de Professores e Profissionais de Serviço e Apoio Escolar”, nela constam dezesseis indicadores e cinco áreas. Pelos limites desse texto analisamos, do PAR 2011-2014 do município de Macapá, quatro indicadores da área 1: Formação inicial de professores da educação básica; e um indicador da área 2: Formação continuada de professores da educação básica. Os dados estão apresentados nos quadros abaixo:

Quadro 1. PAR do Município de Macapá: INDICADOR- Habilitação dos professores que atuam nas creches

PONTUAÇÃO	AÇÃO	JUSTIFICATIVA
2	Assegurar a contratação de professores habilitados para provimento de novas vagas e favorecer o acesso à formação mínima exigida em lei a todos os professores que já atuam nas creches municipais.	Atualmente o município possui 05 creches sob sua responsabilidade. Até o presente momento, não existe um trabalho específico para aperfeiçoamento do trabalho destes profissionais em serviço.

Fonte: BRASIL/SIMEC (2011) - Elaboração própria

O indicador do quadro acima recebeu a pontuação 2, ou seja, o sistema de ensino municipal de Macapá possui dificuldades para garantir a habilitação exigida na LDB n° 9.394/1996 para os docentes que atuam na creche. Por conta disso, se comprometeu com a ação definida pelo MEC para esse indicador, qual seja, contratar professores com formação em magistério de nível médio e ou Licenciatura Plena em Pedagogia. No momento da elaboração do PAR a Equipe Técnica Local justificou a pontuação atribuída a esse indicador, dizendo que não existe uma formação específica para o aperfeiçoamento do trabalho dos professores que atuam nas creches do sistema de ensino municipal.

A habilitação dos professores que atuam na segunda etapa da Educação Infantil, a pré-escola, está contemplada no indicador do Quadro 2.

Quadro 2. PAR do Município de Macapá: INDICADOR- Habilitação dos professores que atuam na pré-escola

PONTUAÇÃO	AÇÃO	JUSTIFICATIVA
2	Assegurar a contratação de professores habilitados para provimento de novas vagas nas pré-escolas municipais e favorecer o acesso à formação mínima exigida em lei a todos os professores que já atuam nas escolas da rede.	Os docentes necessitam de aquisição de conhecimento científico, consolidação e avanços teórico-práticos que fundamente os fazeres pedagógicos e orientem a construção e o desenvolvimento de novas experiências para atender às reais necessidades do coletivo escolar.

Fonte: BRASIL/SIMEC (2011) - Elaboração própria

Na pré-escola o sistema de ensino de Macapá ainda não conseguiu garantir que todos os seus docentes possuam a habilitação para o exercício da docência nessa etapa de escolarização dos alunos. Na justificativa apresentada pelos gestores municipais consta o reconhecimento da importância da formação inicial para esses profissionais. Diante disso, comprometem-se em fazer a contratação de professores habilitados e favorecer o acesso à formação mínima exigida na LDB nº 9.394/1996.

No caso dos docentes que atuam no Ensino Fundamental, o Quadro 3 mostra o cenário identificado a partir dos dados do PAR do município de Macapá.

Quadro 3. PAR do Município de Macapá: INDICADOR- Habilitação dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental

PONTUAÇÃO	AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1	Assegurar a contratação de professores habilitados para provimento de novas vagas nas escolas com anos iniciais do ensino fundamental, inclusive nas que oferecem a EJA, e favorecer o acesso à formação mínima exigida em lei a todos os professores que já atuam na rede municipal de ensino.	Certos da importância da formação para o bom desenvolvimento das atividades escolares faz-se necessário qualificar cada vez mais o professor para atendimento da clientela dentro de sua especificidade.

Fonte: BRASIL/SIMEC (2011) - Elaboração própria

A pontuação atribuída para o indicador “Habilitação dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental”, mostra o quadro crítico em que se encontra essa

questão no município de Macapá. Apesar do reconhecimento da importância da formação inicial para prática pedagógica desses professores, a Equipe Local do Compromisso de Metas Todos pela Educação informa que no âmbito da educação municipal o cenário é insatisfatório.

O caso da habilitação dos professores que atuam no anos/série finais do ensino fundamental, o Quadro 4 apresentam uma perspectiva diferente.

Quadro 4. PAR do Município de Macapá: INDICADOR- Habilitação dos professores que atuam nos anos/séries finais do ensino fundamental

PONTUAÇÃO	AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4	Assegurar a contratação de professores habilitados para provimento de novas vagas nas escolas com anos finais do ensino fundamental, inclusive nas que oferecem a educação de jovens e adultos (EJA).	Todos os professores da rede possuem habilitação específica para trabalhar nas séries finais do Ensino Fundamental em sua área de atuação.

Fonte: BRASIL/SIMEC (2011) - Elaboração própria

Pelo fato de constar a nota 4 na pontuação desse indicador podemos inferir que ele está sendo atendido satisfatoriamente pelo sistema de público municipal de Macapá, o que se confirma na justificativa do indicador em tela.

Diante do exposto nessa seção identificamos a necessidade de avanços na formação inicial e continuada dos professores. Desse modo, ressaltamos a importância da implementação de políticas educacionais que possam reverter os índices e indicadores apresentados. No entanto, o município como ente federado autônomo precisa desenvolver em seu sistema de ensino ações que possam garantir a formação inicial e continuada dos professores do quadro municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa nos permitiu apreender que o trabalho docente apresenta um quadro de precarização, quando analisamos a questão da formação. Como efeito de um contexto amplo que forja o atual perfil dos professores da Educação Básica. Isso porque no contexto das políticas neoliberais a formação docente passa a ser tratada de maneira superficial, ou seja, mesmo que essa temática conste nas orientações e políticas – como é o caso do PDE – poucos

efeitos têm sido identificados quanto a garantia da habilitação exigida para o exercício do magistério, sobretudo na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Tanto os dados educacionais sobre as funções docentes, quanto os indicadores do PAR 2001-2014 do município de Macapá, mostraram que o quadro de professores do sistema de ensino macapaense ainda apresenta um quantitativo elevado de docentes sem habilitação mínima exigida em Lei, o que certamente impacta nos resultados do IDEB. Com efeito, por meio do PAR os gestores locais se comprometem em realizar ações para rever a baixa pontuação atribuída aos indicadores de formação de professores.

No contexto do PAR o município de Macapá assumiu a responsabilidade junto ao governo federal em implementar as ações previstas nesse documento, como forma de buscar mecanismos para a melhoria dos resultados educacionais. Assim sendo, indagamos as possibilidades concretas para a efetivação das ações, pois o PAR como um planejamento estratégico e padronizado, tende a desconsiderar as especificidades locais.

Recebido em: Janeiro de 2015

Aceito em: Março de 2015

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL, Congresso Nacional do. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 21 de dezembro de 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação do. **Plano de desenvolvimento da educação**: razões, princípios e programa. Brasília, 2007.
- BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Diário Oficial da União. Brasília, 25 de abril de 2007.
- BRASIL. **Orientações para elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) dos municípios (2011-2014)**. Brasília-DF: MEC, 2011.
- BRASIL. **PAR**: relatório público. Brasília, DF: 2011.
- DOURADO, L. F. Política educacional nos anos de 1990: educação básica e empregabilidade. In: DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Orgs.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 105-122.

- DUARTE, A. Políticas educacionais e o trabalho docente na atualidade: tendências e contradições. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. (Orgs.). **Políticas Públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte – MG: Fino Traço, 2011.
- EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Professor: protagonismo e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, v. 33, n. 3. p. 531-541, set/dez. 2007.
- HYPOLITO, Á. M. Novas configurações do trabalho docente. In : CABRAL NETO, A.; OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. **Trabalho docente: desafios no cotidiano da Educação Básica**. São Paulo : Mercado das Letras, 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Ideb: resultados e metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>> Acessado em 02 ago de 2014.
- MENDONÇA, J. L. A.; REIS, S. M. Á. S. Formação e profissionalização docente. In: NOVAIS, G. S.; CICILLINI, G. A. (Orgs.). **Formação docente e práticas pedagógicas: olhares que se entrelaçam**. São Paulo: Junqueira&Marin, 2010.
- OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBP** – v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009. Disponível: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491>> em: Acessado em: 14 dez 2013.
- SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1231 – 1255, out. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf> Acessado em: 03 maio 2011.
- SILVA, A. F. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Avaliação da educação básica e desempenho docente. **Jornal de Políticas Educacionais**. n. 08, julho-dezembro de 2010, p. 63 – 73. Disponível em: acessado em: <www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/download/13124/8520> Acessado em 20 jan 2011.

